

Adam Smith historiador das formas econômicas

Jadir Antunes¹

RESUMO: Adam Smith é conhecido como o pai da economia moderna. Diferente, porém, de seu discípulo Ricardo, não desenvolve suas concepções em termos puramente abstratos. A divisão social do trabalho e as várias fases de desenvolvimento desta divisão aparecem como fundamentos de sua teoria e o capitalismo moderno aparece como o último estágio deste desenvolvimento.
PALAVRAS-CHAVE: Adam Smith. História do pensamento econômico. Economia Política clássica. Filosofia da História.

ABSTRACT: Adam Smith is known as the father of the modern economy. Different, however, of its Ricardo disciple, it does not develop its conceptions in purely abstract terms. The social division of the work and the some phases of development of this division appear as beddings of its theory and the modern capitalism appears as the last period of training of this development.
KEY WORDS: Adam Smith. History of the economic thought. Economy Classic Politics. Philosophy of History.

Os historiadores do pensamento econômico costumam atribuir a David Ricardo o mérito de ter dado à Economia Política um modo de exposição mais científico e abstrato em relação ao modo de exposição de Adam Smith e antecessores. Ricardo introduzira no pensamento econômico a prática abstrata de pensar o capitalismo desligado de outras formas históricas de produção. Para Ricardo, o capitalismo é uma forma de produção a-histórica. Se não encontramos em Smith um modo de exposição mais rigoroso e formal encontramos, porém, uma riqueza de análise histórica muito maior do que em Ricardo. Smith costuma pensar as formas passadas, como a forma asiática, escravista e feudal, como formas fundamentalmente diferentes da forma de produção capitalista. Já Ricardo nunca vê estas formas atrasadas de produção como formas históricas diferentes da forma capitalista, mas, sim, como formas que se diferenciam do capitalismo apenas pelo grau maior ou menor de riqueza produzida no interior destas formas.

1) OS QUATRO ESTÁGIOS DE DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO

Uma certa sistematização da história humana no pensamento de Smith encontra-se melhor formalizada no Livro V: *A Receita do Soberano ou do Estado* de sua obra *A Riqueza das Nações: investigação sobre a natureza e suas causas*². Para melhor expor as diferentes formas de financiamento da guerra entre diferentes povos, Smith divide a história econômica da humanidade em quatro estágios: o da caça, o do pastoreio, o agrícola e o manufatureiro.

2) O ESTÁGIO PRIMITIVO DA CAÇA

Neste estágio inexistem a divisão social do trabalho e a manufatura urbana, as trocas são raras e ocasionais e “não é preciso de antemão acumular ou armazenar capital, para o andamento dos negócios da sociedade” (SMITH, 1985a: 243). As trocas só aparecem quando cada tribo, por meio da caça ou do pastoreio, consegue acumular uma grande quantidade de peles e trocá-las com nações comerciais mais desenvolvidas. Smith cita o caso das tribos de caçadores da América do Norte quando da sua descoberta pelos europeus. Neste caso, os indígenas podem agora permutar seu excedente de peles por cobertores, armas de fogo e aguardente (SMITH, 1985a: 165).

Entre as nações de caçadores, onde não existe a propriedade privada, “ou ao menos propriedade que ultrapasse o valor correspondente a dois ou três dias de trabalho” (SMITH, 1985a: 164), não existe a necessidade de um governo civil que proteja a propriedade. Um governo civil que proteja a propriedade, e os proprietários, será necessário apenas quando a propriedade atingir certa extensão e valor.

Entre os membros de uma sociedade primitiva inexistem a desigualdade, a subordinação e a autoridade baseadas na fortuna. “A pobreza universal cria em tal sociedade a igualdade universal, e a superioridade, quer da idade, quer das qualidades pessoais, constitui o fundamento, fraco, mas absoluto, da autoridade e da subordinação. Por isso, nesse período da sociedade há pouca ou nenhuma autoridade ou subordinação” (SMITH, 1985a: 166). A única autoridade reconhecida é aquela determinada pela idade natural. Apesar de Smith acreditar, a maneira de Locke³, que a propriedade privada possui sua base no trabalho pessoal, ele não deixa de reconhecer que “o governo civil, na medida em que é instituído para garantir a propriedade, de fato o é para a defesa dos ricos contra os pobres, ou daqueles que têm alguma propriedade contra os que não possuem propriedade alguma” (SMITH, 1985b: 167).

Neste primeiro estágio da sociedade que precede a apropriação privada da terra e onde o produtor direto não está ainda separado das condições objetivas de seu trabalho, “todo o produto do trabalho pertence ao trabalhador” (SMITH, 1985a: 77), não necessitando, portanto, dividi-lo com um patrão. No momento, porém, que o patrimônio ou capital se acumulou nas mãos de pessoas particulares, elas utilizarão este capital a fim de auferir lucro com a venda do trabalho do trabalhador que empregam. Nessa situação, “o produto total do trabalho nem sempre pertence ao trabalhador. Na maioria dos casos, este deve reparti-lo com o dono do capital que lhe dá emprego” (SMITH, 1985a: 79). Da mesma forma, “no momento em que toda a terra de um país se tornou propriedade privada, os donos das terras, como quaisquer outras pessoas, gostam de colher onde nunca semearam, exigindo uma renda, mesmo pelos produtos naturais da terra” (SMITH, 1985a: 79). Quando as terras e as lenhas das florestas passam às mãos de pessoas privadas, o trabalhador sem propriedade “passa a ter que pagar pela permissão de apanhar esses bens, e deve dar ao proprietário da terra uma parte daquilo que o seu trabalho colhe ou produz” (SMITH, 1985a: 79).

Neste estado primitivo, “que precede tanto a apropriação da terra quanto o acúmulo de capital, o produto integral do trabalho pertence ao trabalhador. Este não tem nem proprietário fundiário nem patrão com quem deva repartir o fruto de

seu trabalho” (SMITH, 1985a: 91). Se este estado de coisas perdurasse na história, os trabalhadores se apropriariam diretamente, sem necessitar repartir com terceiros, de todos os progressos realizados nas suas forças produtivas. “No momento em que a terra se torna propriedade privada, o dono da terra exige uma parte de quase toda a produção que o trabalhador pode cultivar ou colher da terra” (SMITH, 1985a: 92).

Observe-se a extrema distância entre Smith e seu discípulo Ricardo acerca da existência ou não de capital, e capitalistas, nas sociedades primitivas. Para Smith, nesta etapa inexistia acumulação de capital, para ele tal categoria é uma categoria histórica que surge após a dissolução do estágio primitivo. Para Ricardo, com seu método abstrato e a-histórico, mesmo aí já existe capital.⁴

3) O ESTÁGIO PASTORIL

Neste estágio surge a apropriação privada, não ainda das terras mas, sim, dos rebanhos. A tribo de pastores é nômade por natureza e, por isso, muda de localização de acordo com as diversas estações do ano. A desigualdade de fortuna e o poder baseado nela surgem, na concepção de Smith, entre as nações de pastores. “É na era dos pastores, segundo período da sociedade, que a desigualdade de fortuna começa a existir, introduzindo entre as pessoas um grau de autoridade e subordinação cuja existência era impossível anteriormente” (SMITH, 1985a: 167).

É entre os pastores que surge também a necessidade de um governo civil que resguarde a propriedade e a ordem. “Os ricos, em particular, necessariamente se interessam em manter essa ordem de coisas, já que só ela é capaz de assegurar-lhe a posse de suas próprias vantagens” (SMITH, 1985a: 167). Entre as nações de pastores inexistem manufatura desenvolvida e comércio interno freqüente. Estas nações, assim como as mais primitivas, procuram trocar com outras nações mais civilizadas o excedente de couro e lã derivados do abate de animais.

Smith, ainda, considera que os antigos germanos que invadiram o Império Romano, pertenciam a este estágio de evolução (SMITH, 1985a: 160). Na concepção de Marx, que também estudara a estrutura social dos antigos germanos, estes pareciam formar uma nação de tipo diferente à dos pastores. Para ele, os germanos seriam melhor caracterizados como uma nação de agricultores independentes desconhecedores de uma forma estatal regular que protegesse a propriedade do ataque de outros povos.⁵

4) O ESTÁGIO AGRÍCOLA

Neste estágio encontram-se todas as nações baseadas na agricultura e na produção de não-valores-de-troca, isto é, neste estágio não se produz mercadorias. Aqui se encontram nações que normalmente desestimulam a atividade artesanal-manufatureira e o comércio. Neste estágio não existe mercado de forma desenvolvida e as trocas aparecem apenas ocasionalmente. Smith concebia como pertencentes a este estágio as sociedades do Mundo Antigo como Grécia e Roma Antiga, as sociedades asiáticas como China, Hindustão e Egito e, ainda, as nações feudais da Idade Média. O que há de fundamental na concepção de Smith sobre a evolução histórica é sua concepção de que a história humana pode ser descrita como uma sucessão de formas de produção que se diferenciam entre si pelo grau de divisão social do trabalho e de domínio do homem sobre a Natureza.

a) A Ásia Antiga

A referência mais freqüente de Smith à Ásia é a China. Ele se refere em menor medida também ao Hindustão e ao Egito. As sociedades asiáticas aparecem, assim como também perceberam mais tarde Hegel⁶ e Marx⁷, como sociedades claramente distintas das sociedades ocidentais. Para Smith, o que há de mais notável nestas sociedades é seu relativo isolamento do Ocidente, seu desestímulo consciente à indústria manufatureira e sua estagnação secular. Assim, diz ele: “é notável que nem os antigos egípcios nem os indianos e chineses da Antigüidade estimularam o comércio externo, e portanto parecem ter auferido sua grande riqueza de navegação puramente interna” (SMITH, 1985a: 55).

Segundo ele, de acordo com a documentação histórica “as primeiras nações a serem civilizadas foram obviamente as localizadas ao redor da costa do Mediterrâneo” (SMITH, 1985: 55). Dentre as muitas nações mediterrâneas, “o Egito parece ter sido o primeiro no qual a agricultura ou as manufaturas foram praticadas e puderam acusar um grau considerável de aperfeiçoamento” (SMITH, 1985a: 55). A abundância de canais navegáveis do Nilo no interior do Egito, as facilidades de comunicação entre as diversas regiões do país que daí surgiam, “constitui provavelmente uma das causas primordiais do antigo progresso e aprimoramento do Egito” (SMITH, 1985a: 55). O Egito, apesar de fabricar certos artigos como linho fino e possuir uma manufatura desenvolvida, “sempre se distinguiu mais por sua grande exportação de cereais. Por muito tempo, o país foi o celeiro do Império Romano” (SMITH, 1985b: 144).

O Egito, assim como outras nações de tipo asiático, não fundamentava sua existência na produção de mercadorias e muito menos no comércio exterior. Smith acredita que os egípcios restringiram sua produção, não somente mas, em sua maior parte, aos produtos agrícolas destinados ao consumo interno, por que “nutriam uma antipatia supersticiosa contra o mar” (SMITH, 1985a: 312).

Smith tem consciência que não era prática entre estes povos de origem asiática, como é entre as nações capitalistas modernas, submeter sua produção às determinações do valor de troca. Tais nações, por isso, dependiam de navegadores estrangeiros para “exportarem o excedente de sua produção; e essa dependência, como deve ter restringido o mercado, também deve ter desestimulado o aumento do excedente de produção” (SMITH, 1985a: 143). Esta limitação, mais do que a exportação e a especialização do antigo Egito na produção de produtos agrícolas para exportação, trigo especialmente, impediu o desenvolvimento de uma indústria manufatureira. Isto porque,

os manufaturados exigem um mercado muito mais amplo do que os itens mais importantes da produção natural ou bruta da terra. Um único sapateiro fará mais de trezentos pares de sapatos por ano, e sua própria família talvez não chegue a gastar seis. Por isso, se ele não tiver no mínimo uma clientela de cinquenta famílias semelhantes à dele, não terá condições de vender toda a produção de seu próprio trabalho (SMITH, 1985b: 143).

Smith anuncia aqui um tema de extrema relevância na história das nações comerciais que surgem a partir da Revolução Comercial do século XV: a imanente necessidade de mercados externos que requer toda nação que fundamenta sua existência na produção de mercadorias. O relativo isolamento das antigas nações asiáticas só pode ser explicado por seu modo de produção baseado no valor de uso e não no valor de troca. Na Ásia e no Egito antigo, de modo geral, não se produziam mercadorias no interior da nação. O produto se convertia em mercadoria somente depois de chegar às mãos do Estado que o coletava dos camponeses sob a forma de tributo em espécie. Nestas nações o excedente econômico era apropriado pelo Estado e nunca por agentes privados⁸. “Por conseguinte, diz Smith, a agricultura pode manter-se, com o desestímulo de um mercado restrito, muito melhor do que as manufaturas” (SMITH, 1985b: 144).

A renda dos soberanos, não apenas no Egito mas também na China e Hindustão, tinha, assim, sua base no trabalho agrícola do servo camponês. Esta renda era análoga, mas não se confundia, com a renda dos senhores feudais do Ocidente. O

camponês entregava ao soberano certa quota de sua produção anual em espécie. Seria natural portanto, que os soberanos destes países estivessem mais preocupados em promover melhores condições de produção no campo do que nas cidades, pois seu progresso ou declínio dependia mais da agricultura do que da manufatura.

Quando Smith se refere à China, refere-se a um grande país, um dos mais ricos do mundo. “A China foi por muito tempo um dos países mais ricos, isto é, um dos mais férteis, mais bem cultivados, mais industriosos e mais populosos do mundo. Ao que parece, porém, há muito tempo sua economia estacionou” (SMITH, 1985a: 96). E complementa ainda: “embora a China pareça estacionária, não aparenta estar regredindo” (SMITH, 1985a: 96).

Smith concebe o caráter estacionário da China e seu isolamento do Ocidente como decorrente de seu relativo isolamento do comércio internacional. Para ele, um país como a China, “que negligencia ou menospreza o comércio exterior, e que só permite a entrada dos navios de outras nações em um ou outro de seus portos, não pode efetuar o mesmo volume de negócios que teria condições de fazer com leis e instituições diferentes” (SMITH, 1985a: 114). Os limites à expansão da produção, à separação entre campo e cidade e à fundação de uma forte indústria manufatureira exportadora que surgem de uma política econômica contrária à exploração do mercado externo para a China seriam os mesmos limites vividos pelo antigo Egito devido à sua superstição pela navegação marítima à noite.

Ao tentar expor sua concepção sobre os motivos da estagnação secular da China, Smith já aponta para uma certa concepção universalista da história baseada na crescente separação entre cidade e campo, entre manufatura e agricultura e, em última instância, entre a produção de mercadorias voltada para o valor de troca e a produção voltada para o valor de uso. O relativo isolamento da China e da Ásia pode assim, na concepção de Smith, ser atribuída à recusa destas nações de substituírem suas relações de produção baseadas no valor de uso por relações baseadas no valor de troca e no enriquecimento privado.

Se a China aproveitasse melhor seus imensos recursos naturais, se abolisse seus preconceitos tolos com relação ao mar e se lançasse ao comércio exterior com seus próprios navios, aprimoraria, então, muito mais as forças produtivas de sua atividade manufatureira. “Ampliando sua navegação, os chineses naturalmente aprenderiam a arte de usar e construir eles mesmos todas as diversas máquinas utilizadas em outros países, bem como os demais aperfeiçoamentos da arte e do trabalho praticados em todas as partes do mundo” (SMITH, 1985b: 143).

Poderia superar sua secular estagnação porque segundo Smith, a perfeição da atividade manufatureira depende totalmente da divisão do trabalho, incipiente na China, e porque a extensão da divisão do trabalho, da separação da atividade agrícola da manufatureira e da especialização do trabalho, dependem visceralmente da extensão dos mercados. Como a China optou por permanecer fora do mercado mundial, acabou ficando fora da história do Ocidente e estagnou.

Outro elemento diferenciador entre a China e o Ocidente relaciona-se ao papel econômico do Estado. No Ocidente, desde a antiguidade Greco-romana passando pelo feudalismo europeu até o moderno capitalismo, o Estado sempre teve um papel econômico insignificante frente às decisões individuais. Na China, ao contrário, o Estado foi sempre um permanente e ativo organizador da economia. Na Ásia, “o poder executivo se encarrega tanto da reparação das estradas principais como da manutenção dos canais navegáveis” (SMITH, 1985b: 178). Uma planificação geral da economia oriunda do Estado é inconcebível para os ocidentais, onde o direito individual privado se sobrepõe às necessidades de regulação consciente pelo Estado. “Pelo que se diz, esse setor da política pública é muito bem atendido em todas essas regiões, sobretudo na China, onde as estradas principais e, mais ainda, os canais navegáveis, ultrapassam de muito tudo o que se conhece de similar na Europa” (SMITH, 1985a: 178). Smith, porém, não se mostra partidário de um regime planejado como este para a Europa ocidental. Acredita que na Ásia o soberano investe nestas áreas não para estimular o progresso e o comércio, mas, sim, porque é do trabalho na terra que ele retira a maior parte de sua renda.

Smith também reconhece a importante diferença nas relações sociais existentes entre a Ásia e o Ocidente. No Ocidente identificara duas formas diferentes de trabalho escravo, a greco-romana e a feudal, e a forma livre do regime manufatureiro moderno.

No Egito Antigo e no Hindustão, “todo o povo estava dividido em diferentes castas ou tribos, cada uma das quais, por tradição de pai a filho, estava restrita a uma ocupação ou uma categoria de ocupações. O filho de um sacerdote era necessariamente sacerdote; o de um soldado, soldado; o de um agricultor, agricultor; o de um tecelão, tecelão; o de um alfaiate, alfaiate etc.” (SMITH, 1985b: 143). Smith reconhece, ainda, a existência de uma casta de sacerdotes dominante. “Nos dois países, a casta dos sacerdotes era a da mais alta categoria, vindo depois a dos soldados; e, nos dois países, a casta dos arrendatários e trabalhadores da terra era superior à dos comerciantes e dos manufatores” (SMITH, 1985b: 143).

b) Grécia e Roma Antiga

Smith não expõe nenhuma concepção sobre as origens da civilização greco-romana, atém-se apenas a descrever suas características gerais e as causas de seu declínio. Sobre a civilização grega diz apenas, apoiado nos poemas de Homero, que ela parece surgir do estágio pastoril, como ao tempo da guerra de Tróia (SMITH, 1985b: 169)⁹. Os Estados da Grécia e Roma Antiga, “conquanto prestigiassem a agricultura mais do que as manufaturas ou o comércio exterior, ainda assim, parece terem antes desestimulado estes dois últimos do que terem estimulado direta ou intencionalmente a agricultura” (SMITH, 1985b: 144).

Em muitos Estados gregos o comércio exterior era proibido de ser exercido e a atividade manufatureira era considerada prejudicial à saúde do corpo do cidadão e seu preparo permanente para a guerra. Tais ocupações eram consideradas indignas para um cidadão livre e próprias apenas para os escravos. A natureza do trabalho escravo e o preconceito que este trabalho exercia sobre a mentalidade grega eram a base que impedia os gregos de se tornarem uma grande nação manufatureira e comercial. Segundo Smith, “é muito raro os escravos terem espírito inventivo; e todos os aperfeiçoamentos mais importantes, sejam em termos de máquinas, sejam do sistema e distribuição do serviço, que facilitam e abreviam o trabalho, têm sido descobertos por pessoas livres” (SMITH, 1985b: 145).

O preconceito que o cidadão grego possuía pelo trabalho escravo impedia, assim, de se fazer qualquer inovação no processo de trabalho, de baratear o custo de produção de seus produtos e comerciá-los com vantagens no mercado externo.

“Se um escravo propusesse um aperfeiçoamento desse gênero, seu patrão, muito provavelmente, estaria propenso a considerar a proposta como uma sugestão proveniente de preguiça e do desejo de poupar seu próprio esforço às custas do patrão. O pobre escravo, em lugar de recompensa, provavelmente receberia vitupérios, talvez até alguma punição” (SMITH, 1985b: 145).

Smith concebe que o colonialismo antigo tinha por base a contradição entre o limitado território agrícola da Grécia e a crescente necessidade de se encontrar novas terras aos novos cidadãos. Como sabemos, todo cidadão grego tinha direito a receber do Estado um lote de terra onde, com o emprego de trabalho escravo, poderia cultivá-lo e criar sua família. Se não poderia receber um lote de terra, já que estes na fase áurea da civilização grega estavam concentrados nas mãos dos aristocratas fundiários, tinha o direito de ser sustentado pela riqueza

coletada pelo Estado. Na medida em que as terras de cultivo eram limitadas naturalmente, ou na medida em que as disponíveis se encontravam concentradas nas mãos de grandes proprietários, o Estado grego buscava encontrar novas terras ocupando as dos povos não-gregos. “Cada um dos diversos Estados da Grécia Antiga possuía apenas um território muito pequeno e quando a população de qualquer um deles se multiplicava além do contingente que o território tinha condições de sustentar com facilidade, parte dela era enviada a buscar um novo habitat em alguma região longínqua e distante do mundo...” (SMITH, 1985b: 49).

As novas colônias organizavam-se de forma independente da cidade-mãe, como filhas emancipadas, e podiam, livremente, sem o consentimento da cidade-mãe, criar sua própria forma de governo, estabelecer suas próprias leis e eleger seus próprios magistrados. Smith, que conhecia profundamente o grego, lembra que, diferente da palavra latina colônia que significa simplesmente uma colonização, em grego a palavra *apoikía* significa uma separação de moradia, uma partida ou saída de casa.

A queda do império grego frente às tropas de Filipe da Macedônia foi, para Smith, a vitória da superioridade de um exército efetivo, como era o de Filipe, sobre qualquer tipo de milícia, mesmo as organizadas pelos gregos. A queda das cidades gregas, juntamente com o Império Persa, pelo exército de bárbaros de Filipe da Macedônia foi para Smith, “a primeira grande revolução nas ocorrências da humanidade, da qual a história preservou um relato claro e pormenorizado” (SMITH, 1985b: 159). Smith não apresenta nenhuma análise sobre as causas internas que levaram os gregos a se apoiarem ao longo de sua história, não em soldados-cidadãos, mas, sim, em milícias contratadas.

O baixo espírito patriótico, em crise na Grécia da época dos Sofistas, tinha relaxado os laços do soldado cidadão em relação à Pólis e, aliado ao emprego de mercenários de guerra, favorecido as pretensões imperialistas de Filipe da Macedônia.

A Itália e a Sicília antes da fundação da cidade de Roma “eram habitadas por nações bárbaras e incivilizadas” (SMITH, 1985b: 49) e, como a maioria das repúblicas antigas, “foi originalmente fundada sobre uma lei agrária, a qual dividia o território público, segundo certa proporção, entre os diversos cidadãos que compunham o Estado” (SMITH, 1985b: 49). Com o passar dos tempos, porém, a maioria das terras concentrou-se nas mãos de poderosas famílias aristocráticas que não respeitavam o limite máximo de terras que cada família poderia ter segundo a lei estabelecida pelo Estado. Com a concentração crescente das terras em mãos da aristocracia, a massa de cidadãos livres sem-terra pressionava o Estado

romano a conquistar-lhe novas terras. Roma, então, destinava-lhe as terras das províncias conquistadas. A necessidade dos romanos por novas colônias não era, assim, diferente das necessidades gregas.

A instituição da colonização greco-romana, originava-se, na concepção de Smith, de “uma necessidade irresistível” (SMITH, 1985b: 51) própria destas nações. A história aparece para Smith não como determinada sucessão de acontecimentos na esfera superficial da política e da troca de dinastias, mas, sim, determinada por necessidades econômicas irresistíveis das quais as nações não poderiam fugir. A contradição entre a estrutura social que dava direito tanto ao cidadão grego quanto ao cidadão romano a um lote de terra e a limitada extensão natural das terras destes povos, somada à crescente concentração destas terras nas mãos da alta aristocracia, impulsionava estes povos à colonização imperialista.

Smith acredita que a degeneração dos exércitos efetivos que guardavam a fronteira com os germanos (que normalmente ao acumularem forças com as vitórias voltavam-se contra os imperadores) e sua conversão numa milícia corrupta, negligente, indisciplinada e incapaz de resistir à superioridade que uma milícia bárbara tem sobre uma milícia civilizada, foi a causa principal da queda do Império Romano. “A queda do império ocidental constitui a terceira grande revolução nos acontecimentos da humanidade, da qual a história antiga preservou um relato claro e pormenorizado” (SMITH, 1985b: 161).

Com a queda do Império Romano e a invasão dos bárbaros germanos, perduraram vários séculos de confusão. “As rapinas e a violência cometidas pelos bárbaros contra os antigos habitantes interromperam o comércio existente entre as cidades e o campo. As cidades foram abandonadas e os campos deixados incul-tos (...) [as províncias] caíram no estado mais baixo de pobreza e barbárie (...) os chefes e os líderes mais importantes dessas nações adquiriram ou usurparam a maior parte das terras desses países” (SMITH, 1985a: 325).

No Ocidente a queda do império escravista greco-romano cedia lugar ao feudalismo.

c) O Feudalismo Europeu

Smith descreve o feudalismo como uma sociedade baseada no morgadio e na primogenitura. Estas duas instituições se por um lado garantiam a indivisibilidade das terras e a unificação dos pequenos reinos, por outro, forma-

vam a base dos privilégios da nobreza sobre o restante da nação. Devido às honras que a grande propriedade fornecia aos membros da nobreza, poucas melhorias na terra poderiam ser esperadas neste regime. Assim como não se poderia esperar melhorias nas terras vindas dos grandes proprietários, mais preocupados em desfrutar da riqueza do que multiplicá-la, também no feudalismo não se poderia esperar que estas melhorias viessem daqueles que efetivamente trabalhavam a terra.

No feudalismo, “todos ou quase todos eram escravos, embora sua escravatura fosse de um tipo mais mitigado que a conhecida entre os antigos gregos e romanos” (SMITH, 1985a: 328). Neste regime “os escravos pertenciam mais diretamente à terra do que ao patrão. Podiam, portanto, ser vendidos juntamente com a terra, mas não independentemente dela. Podiam casar-se, desde que com o consentimento do patrão, o qual não podia, posteriormente, dissolver o casamento, vendendo marido e mulher a pessoas diferentes” (SMITH, 1985a: 328).

Smith não é muito rigoroso no uso das palavras para definir o tipo de trabalhador do feudalismo. Aqui ele usa o termo escravo, em outras passagens refere-se a este camponês como servo. Diz ele: “os ocupantes da terra costumavam ser servos cujas pessoas e pertences também eram propriedades do dono da terra” (SMITH, 1985a: 288). O importante, porém, é perceber o quanto Smith havia conseguido avançar na distinção entre o escravo greco-romano e o escravo feudal. Este não é ainda livre mas possui certos direitos que o escravo greco-romano não possui. Estava mais preso à terra do que ao proprietário dela. Era nos dizeres de Marx, um apêndice da terra, já que não poderia separar-se dela, nem espontaneamente nem forçado por seu proprietário. Fazia parte, como o escravo e o gado de tração, das condições objetivas de trabalho.

Smith reconhece claramente a superioridade do trabalho livre sobre o trabalho escravo do servo feudal. Este caráter servil desestimulava o camponês a realizar qualquer melhoria em sua atividade, porque “tudo era empregado em benefício do patrão. Tais escravos não tinham condições de adquirir nada, a não ser seu sustento diário” (SMITH, 1985a: 328). Por isso, embora o trabalho executado por escravos aparentemente custe apenas a própria manutenção dos escravos, ao final é o mais caro de todos já que impede o progresso das forças produtivas.

Como o trabalho escravo não apresenta nenhum estímulo ao trabalhador, este só pode trabalhar sob coação violenta ou por força de extrema necessidade. “Uma pessoa incapaz de adquirir propriedade não pode ter outro interesse senão [como os animais J.A] comer o máximo e trabalhar o mínimo possível” (SMITH, 1985a: 328). Ao

contrário de um trabalhador livre que, por ter direito a uma parte da produção da terra tem interesse evidente no aumento de sua produção, um trabalhador escravo “que não pode adquirir nada, a não ser o necessário para sua subsistência, atende a seu comodismo e interesse fazendo com que a terra produza o mínimo possível, o estritamente necessário para sua própria manutenção” (SMITH, 1985a: 329).

O importante a ressaltar aqui é a imensa compreensão histórica que Smith possui sobre o trabalho, retirando desta concepção, e não de falsas concepções sobre a natureza humana, as determinações que diferenciam um estágio histórico de outro. Os diferentes estímulos ao trabalho estão, assim, determinados pela própria satisfação que os diferentes produtores diretos podem, historicamente, extrair dele. Smith ainda, neste aspecto, refere-se às anotações de Plínio, Columella e Aristóteles sobre o emprego generalizado de trabalho escravo na Grécia antiga, como fonte do declínio da rentabilidade do trabalho para os patrões da triticultura e como fonte de imensas despesas para a defesa da República, já que para manter cinco mil soldados ociosos a República necessitaria “de um território de extensão e fertilidade ilimitadas, como as planícies da Babilônia” (SMITH, 1985a: 328).

De acordo com Smith, em sua época países como Rússia, Polônia, Hungria, Boêmia, Morávia e certas regiões da Alemanha ainda persistiam no feudalismo. Na Polônia por exemplo, “afirma-se não haver praticamente manufatura de espécie alguma, excetuadas algumas indústrias caseiras, de tipo mais primitivo, com as quais nenhum país consegue subsistir” (SMITH, 1985a: 43). A Polônia, “onde o sistema feudal ainda continua a vigorar, é ainda um país tão pobre como antes do descobrimento da América” (SMITH, 1985a: 220). A superioridade de Smith sobre Ricardo na compreensão da diferença histórica entre os países ocidentais se expressa vivamente nesta passagem. Ricardo a cita em sua obra *Princípios de Economia Política e Tributação*⁰ mas, em momento algum, com a intenção de destacar esta diferença de grau de desenvolvimento histórico entre a Inglaterra desenvolvida e a Polônia ainda feudal. Ele a cita para destacar unicamente as diferenças entre o grau de pobreza e riqueza entre ambas nações e sua influência nas trocas internacionais. Ricardo, assim, passa por cima da diferença fundamental que existe entre a Inglaterra capitalista e a Polônia feudal e trata esta diferença como mera diferença formal entre uma nação rica e outra pobre. Espanha e Portugal são considerados por Smith também como países mais atrasados historicamente que a Inglaterra e aí, “embora o sistema feudal tenha sido abolido na Espanha e em Portugal, ainda não foi substituído por um sistema muito melhor” (SMITH, 1985a: 220).

5) O ESTÁGIO MANUFATUREIRO

Este é o estágio propriamente capitalista, onde impera já a produção mercantil manufatureira, a acumulação de capital como forma exclusiva de acumulação de riqueza e a divisão social entre proprietários de terras, patrões capitalistas e trabalhadores assalariados. Neste estágio encontram-se as principais nações européias como Inglaterra, França, Escócia e Holanda. Nestas nações a produção anual do trabalho, tanto agrícola quanto urbano, divide-se entre as três grandes classes. Proprietários fundiários, capitalistas e trabalhadores constituem as três classes fundamentais da sociedade. “Essas são as três grandes categorias originais e constituintes de toda sociedade evoluída, de cuja receita deriva, em última análise, a renda de todas as demais categorias” (SMITH, 1985a: 227).

A primeira classe da nação é a dos proprietários do capital. Diferente das sociedades asiáticas onde o soberano, por meio do Estado, dirige e organiza a produção, na sociedade moderna são os capitalistas que efetivamente dirigem e organizam a sociedade e a produção. Os interesses e os movimentos da sociedade dependem dos interesses dos capitalistas e dos planos de investimentos por eles pensados. Seus interesses, “em qualquer ramo específico de comércio ou de manufatura, sempre difere sob algum aspecto do interesse público, e até se lhe opõe. O interesse dos empresários é sempre ampliar o mercado e limitar a concorrência” (SMITH, 1985a: 229).

Quando os capitalistas propõem à sociedade a alteração de alguma lei, esta proposta deve sempre “ser examinada com grande precaução e cautela, não devendo nunca ser adotada antes de ser longa e cuidadosamente estudada, não somente com a atenção mais escrupulosa, mas também com a maior desconfiança” (SMITH, 1985a: 229). Deve-se desconfiar de tais propostas porque elas “advêm de uma categoria de pessoas cujo interesse jamais coincide exatamente com o do povo, as quais geralmente têm interesse em enganá-lo e mesmo oprimi-lo e que, conseqüentemente, têm em muitas oportunidades tanto iludido quanto oprimido esse povo” (SMITH, 1985a: 229). A desconfiança dos operários, especialmente em relação à palavra pública dos capitalistas, justifica-se por que na concepção de Smith quando as reivindicações dos operários são animadas, incitadas e apoiadas pelos seus empregadores, estes “lutam não pelos objetivos dos trabalhadores, mas pelos seus próprios” (SMITH, 1985a: 228).

Smith afirma claramente que o capitalista é uma categoria de pessoa cujo interesse jamais coincide exatamente com os interesses do gênero humano, afirma que sua moral ardilosa geralmente está mais interessada em enganar e oprimir o trabalhador que facilitar-lhe o trabalho. Reconhece a incompatibilidade entre capital e trabalho

e diz sem rodeios metafóricos que “os patrões estão sempre e em toda parte em conluio tácito, mas constante e uniforme, para não elevar os salários do trabalhador acima da taxa em vigor. Violar esse conluio é sempre um ato altamente impopular e uma espécie de reprovação para o patrão no seio da categoria” (SMITH, 1985a: 93).

Smith afirma claramente que tais conchavos entre os patrões são feitos com a intenção de baixar o salário mesmo abaixo da taxa média em vigor e manter o trabalhador numa condição social abaixo das condições socialmente normais. “Essas combinações sempre são conduzidas sob o máximo silêncio e sigilo, que perdura até o momento da execução; e quando os trabalhadores cedem, como fazem às vezes, sem resistir, embora profundamente ressentidos, isso jamais é sabido de público” (SMITH, 1985a: 93).

A segunda classe da nação, a dos que vivem do trabalho, da venda de sua força de trabalho melhor dizendo, já que tanto o proprietário das terras quanto o capitalista vivem do trabalho, não do seu diretamente, mas do operário, forma a classe assalariada. Esta raramente auferes salários que excedam suas necessidades correntes. Quando a riqueza real da sociedade aumenta, riqueza aumentada pelo esforço dos próprios trabalhadores, seus salários raramente acompanham essa elevação. Quando essa riqueza estaciona, “os salários são logo reduzidos ao estritamente suficiente para possibilitar-lhe manter uma família, ou seja, perpetuar a descendência dos trabalhadores. Quando a sociedade declina, os salários caem até abaixo desse nível” (SMITH, 1985a: 228). Por isso entre todas as classes da sociedade a que mais sofre com as oscilações do ciclo econômico é a classe trabalhadora: “não existe porém, nenhuma classe que sofra tão cruelmente com o declínio da riqueza da sociedade quanto a dos operários” (SMITH, 1985a: 228).

A última classe é a dos proprietários de terras. Dentre as três classes sociais, os proprietários privados das terras “são a única das três categorias cuja renda não lhes custa nem trabalho nem cuidado, pois esta renda lhes vem, por assim dizer, espontaneamente, independentemente de qualquer plano ou projeto deles” (SMITH, 1985a: 228). A classe dos proprietários de terra é a classe que gosta de colher o que não plantou.

6) CONCLUSÃO

Adam Smith escreveu sua obra inspirado nos avanços do capitalismo manufatureiro do século XVIII e não conhecera, portanto, os fantásticos e poderosos avanços técnicos proporcionados pela grande indústria baseada na maquinaria. Não conhecera, do mesmo modo, os devastadores efeitos sociais deste pro-

gresso. Seu entusiasmo com o capitalismo e a crença de que o progresso material poderia ser partilhado por todos os membros da sociedade fica evidente em sua obra.

Apesar de reconhecer os conflitos na distribuição da riqueza Smith não se põe, apologeticamente, ao lado dos interesses privados do capitalista. Seu interesse científico se mostra na crítica às pretensões ambiciosas e egoístas do capitalista individual e na consciência da incompatibilidade entre este interesse e os interesses da humanidade. A crença no progresso das forças materiais e na força reguladora do livre mercado como fatores de bem-estar universal fizeram de Smith, por isso, um dos últimos grandes iluministas do século XVIII.

NOTAS

- ¹ Professor de Filosofia na Unioeste e Doutor em Filosofia pela Unicamp.
- ² Coleção Os Economistas. Volume I e II. S.P: Nova Cultural, 1985. Para evitar confusão usarei 1985a quando referir-me ao primeiro volume e 1985b quando referir-me ao segundo.
- ³ John Locke: *Segundo Tratado Sobre o Governo Civil*: ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil. Petrópolis: Editora Vozes, 2001 (Capítulo V: A Propriedade).
- ⁴ David Ricardo: *Princípios de Economia Política e Tributação*. Coleção Os Economistas. S.P: Nova Cultural, 1996, pgs. 30-31. Diz ele: “mesmo no estágio primitivo ao qual se refere Adam Smith algum capital, embora possivelmente fabricado e acumulado pelo próprio caçador, seria necessário para capacitá-lo a matar sua presa”. Marx ironiza esta concepção de Ricardo nos *Grundrisse* dizendo que deste modo qualquer selvagem que lança uma pedra contra uma ave já é um capitalista. *Elementos Fundamentais para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse)*. 1857-1858. Volume II. Buenos Aires: Siglo XXI, 1971, p. 93.
- ⁵ Karl Marx: Formas que Preceden a la Producción Capitalista. In: *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse)*. 1857-1858. Volume I. Buenos Aires: Siglo XXI, 1971.
- ⁶ Para Hegel a Ásia se diferenciava do Ocidente pela inexistência de liberdades individuais. Nela um único homem era livre, o déspota e soberano do Estado. Vide G. W. F. HEGEL: *Lecciones Sobre la Filosofía de la Historia Universal*. Madrid: Revista do Ocidente, 3ª Edição, Tomos I e II.
- ⁷ Devido à sua natureza imutável e estagnada, Marx, seguindo as descobertas de Smith, caracterizava a Ásia, assim como o Antigo Egito, como uma sociedade sem história. Apenas com a colonização inglesa a partir do século XVIII estas nações teriam se integradas à História Universal. Vide Karl Marx: *O Capital*. Livro I - Volume I da Coleção Os Economistas. S.P: Nova Cultural, 1988. Vide ainda K. Marx & F. Engels: *Sobre el sistema colonial del capitalismo*. (Coleção de artigos

- para o New-York Daily Tribune). Madrid. Akal Editor, 1976. Vide ainda Hector Benoit: A Luta de Classes como Fundamento da História. In: Caio Navarro de Toledo (org.): *Ensaio Sobre o Manifesto Comunista*. SP: Xamã, 1998.
- ⁸ Ciro Flamarion Cardoso: *O Egito Antigo*. S.P: Brasiliense, 1982.
- ⁹ Hoje sabemos através da descoberta do linear B que antes do período homérico, período baseado na dispersão da população pelo campo, a Grécia possuía uma forma social centralizada semelhante à forma palaciana egípcia, representada pela civilização Creto-micênica. Vide Jean-Pierre Vernant: *As Origens do Pensamento Grego*. S.P: Difel, 1981.
- ¹⁰ David Ricardo: Op. Cit. Pg. 279.

BIBLIOGRAFIA

- BENOIT, Hector. A Luta de Classes Como Fundamento da História. In: Caio Navarro de Toledo (org): *Ensaio Sobre o Manifesto Comunista*. S.P: Xamã, 1998.
- CARDOS, Ciro F. *O Egito Antigo*. S.P: Brasiliense, 1982.
- COUTINHO, Maurício C.
- HEGEL, George W. F. *Lecciones Sobre la Filosofia de la Historia Universal*. Madrid: Revista de Occidente, s/d.
- LOCKE, John. *Segundo Tratado Sobre o Governo Civil*: ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.
- MARX, Karl. *Elementos Fundamentales para la Critica de la Economia Politica (Grundrisse) - 1857/1858*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1971.
- _____. *O Capital*. Livro I. S.P: Nova Cultural, 1988.
- MARX, K. & ENGELS, F. *Sobre el Sistema del Colonialismo*. Madrid: Akal Editor, 1976.
- RICARDO, David. *Princípios de Economia Política e Tributação*. S.P: Nova Cultural, 1996.
- SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações*: investigação sobre a natureza e suas causas. Volume I e II. Coleção Os Economistas. S.P: Nova Cultural, 1985.
- VERNANT, Jean-Pierre. *As Origens do Pensamento Grego*. S.P: Difel, 1981.